



# Licença de Operação

Processo Nº 23/100191/2013

LO Nº: 615

Ano 2015

Nº Licença Anterior: LP 252

Data de Expedição: 10/12/2012

O INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL – IMASUL/MS, autarquia vinculada à SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEMADE/MS, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 4.640, de 24 de dezembro de 2014, EXPEDE a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO, em consonância com a Lei nº 90, de 02/06/1980, regulamentada pelo Decreto nº 4.625, de 02/06/1988, de acordo com a Lei nº 2.257, de 09/07/2001, alterada pela Lei nº 3.992, de 16/12/2010 e normatizada através da Resolução SEMAC nº 08 de 31/05/2011.

**Requerente:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. CPF/CNPJ: 03982931000120  
**SANESUL**

**Endereço do Empreendimento:** Fazenda Nova

**Complemento:** Próx. ao Rio Vacaria

**Bairro:** Zona Rural

**Município:** Sidrolândia

**CEP:** 79170-000

**UF:** MS

**Bacia Hidrográfica:** Paraná/Rio Ivinhema

**Corpo Receptor:** Rio Vacaria

**Área Ocupada Prevista:** 4,1 hectares

**Área Total:** 20 hectares

**Atividade:** 7.29.1 - SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO – CONTEMPLANDO ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE, E EMISSÁRIO

**capacidade:**

**VALIDADE LICENÇA:** 04 ano(s)

**coordenada S:** 20º 58' 29,32"

**coordenada W:** 54º 57' 18,46"

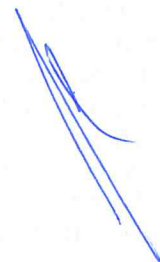
## Condicionantes Específicas:

1. Esta licença autoriza a operação da Estação de Tratamento de Esgoto com vazão de 11 L/s e da Estação Elevatória de Esgoto com 10 L/s de vazão, sendo que 21,9 km de rede coletora e as ligações domiciliares (650 unidades) estão isentas de Licenciamento conforme Art. 1º da Resolução SEMAC nº. 012 de 01/07/2008;
  2. O Empreendimento deverá operar em conformidade com o projeto, memorial descritivo e Sistema de Controle Ambiental – (S.C.A) aprovados por este Instituto;
  3. Deverá ser encaminhado ao órgão ambiental, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento desta licença, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA;
  4. Deverá ser apresentado a este ÓRGÃO AMBIENTAL, Relatório trimestral/semestral/anual (conforme o porte) de execução do Plano de Automonitoramento – PAM acompanhado da respectiva Documentação de Responsabilidade Técnica, no máximo 10 (dez) dias após um período respectivo de coleta de dados, contados a partir da data de assinatura desta Licença, contemplando, para cada monitoramento realizado, tipo e local de amostragem com as respectivas coordenadas geográficas (Datum Horizontal SIRGAS 2000), a avaliação técnica dos dados obtidos e sua confrontação com a legislação ambiental pertinente, apresentação dos boletins analíticos das amostras, propostas e/ou medidas efetivadas de saneamento de situações constatadas como não-conformes. O monitoramento deverá seguir os parâmetros e periodicidades abaixo descritos:
    - A. Eficiência do sistema de tratamento de efluentes, através de análises laboratoriais das amostras, que deverão ser coletadas mensalmente, na entrada e saída do sistema, contemplando os seguintes parâmetros: vazão, temperatura do ar e da água, pH, DBO5,20, DQO, Fósforo Total, Nitrogênio amoniacal Total, Cloreto, Sólidos Suspensos, Materiais Sedimentáveis e coliformes termotolerantes, apresentar ART do responsável pelas análises físico químico e microbiológicas.
    - B. Qualidade das águas superficiais, através de análises laboratoriais das amostras, que deverão ser coletadas mensalmente, à montante e à jusante do ponto de lançamento no corpo hídrico receptor, imediatamente após a zona de mistura, contemplando os parâmetros: vazão, cor, turbidez, pH, , DBO5,20, DQO, Oxigênio Dissolvido, Condutividade elétrica, Fósforo Total, Nitrogênio amoniacal total, Óleos e Graxas, Cloreto, Sólidos Dissolvidos Totais, coliformes termotolerantes, nitrato, nitrito;
    - C. As coletas das amostras dos efluentes e das águas superficiais deverão ser realizadas na mesma data e como o menor intervalo de tempo possível entre as coletas das amostras;
    - D. Relatório mensal das medições diárias das vazões no curso d'água, em formato manuscrito e digital, anexando os dados brutos e ART do responsável;
  5. O lançamento dos efluentes deverão apresentar padrões de qualidades de forma a não alterar a classe em que o corpo receptor esta enquadrado para atender a Deliberação CECA nº 036/2012 e a Resolução CONAMA nº 357/2005, complementada e alterada pela Resolução CONAMA nº430/2011;
- CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES À FL. 02/03...../



.....  
**CONTINUAÇÃO DAS CONDICIONANTES ESPECÍFICAS DA LO Nº 615/2015.**

6. Deverá manter limpo e sem vegetação (acero) o caminho de acesso ao ponto de lançamento de efluente no corpo hídrico receptor para fins de fiscalização;
  7. Os resíduos sólidos gerados deverão ser recolhidos, coletados, acondicionados e estocados transitoriamente em abrigos que atendam as recomendações técnicas;
  8. Fica proibido o lançamento de lodo "in natura" proveniente da ETE diretamente no solo;
  9. Os resíduos provenientes do desarenador deverão sofrer mesmo tratamento que os resíduos sólidos provenientes do gradeamento, estando proibido como destino final corpo receptor;
  10. Deverá ser mantida a cortina arbórea no entorno da ETE;
  11. Os equipamentos, tampas, medidores de vazão devem ter manutenção constante para evitar derramamento, vazamentos e odor;
  12. Os operadores da ETE deverão utilizar uniformes e EPI's;
  13. Não permitir o acesso de águas pluviais para dentro da rede coletora de esgoto;
  14. O entorno da atividade deverá permanecer limpo e em condições adequadas de higiene;
  15. Fica proibida emissão de qualquer tipo de substâncias odoríferas em quantidades que possam ser perceptíveis fora da área da propriedade do empreendimento;
  16. Deverão ser adotadas medidas preventivas de maneira a evitar processos erosivos e assegurar condições que permitam a disposição dos efluentes líquidos e resíduos sólidos, de maneira a assegurar a não contaminação, do solo, dos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos;
  17. Fica proibida ampliação de área, bem como de equipamentos instalados sem a devida autorização do ÓRGÃO AMBIENTAL;
  18. Deverá atender as disposições das Especificações de Proteção contra Incêndios aprovadas pelo Decreto nº 5.672, de 22 de outubro de 1990 e suas alterações, e Lei Estadual nº 4.335, de 10 de abril de 2013;
  19. Empreendimentos geradores de efluentes líquidos, efetiva ou potencialmente poluidores das águas de domínio do Estado de Mato Grosso do Sul, ficam notificados a apresentarem, até o dia 31 de março de cada ano, a Declaração de Carga Poluidora referente ao ano civil anterior, considerando as indicações contidas na Resolução CONAMA n. 357, de 17 de março de 2005, conforme dispõe a Resolução SEMAC n. 29, de 28 de dezembro de 2011;
  20. Quando o IMASUL/SEMADE/MS implantar o instrumento de outorga de direito de uso dos recursos hídricos, o empreendedor deverá proceder a sua regularização, em atendimento à Lei Estadual Nº 2.406, de 29 de janeiro de 2002, e Decreto Nº 13.990, de 2 de julho de 2014;
  21. Usuários de recursos hídricos superficiais e subterrâneos de domínio do Estado de Mato Grosso do Sul deverão realizar junto ao ÓRGÃO AMBIENTAL o Cadastro de Usuários dos Recursos Hídricos conforme dispõe a RESOLUÇÃO SEMAC Nº 05, de 27 de junho de 2012;
  22. O Projeto de Recuperação de Área Degradada ou Alterada – PRADA, referente à intervenção na área de APP do rio Vacaria, deverá ser apresentado conforme dispõe Art. 10 e 11 – Capítulo III do Decreto nº 13.977, de 05 de junho de 2014 – CAR/MS;
  23. O empreendedor deverá adotar as medidas mitigadoras apresentadas.
- ...../



## CONDICIONANTES GERAIS DA LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 615 / 2015

1. Esta Licença não isenta o empreendedor de cumprir as formalidades legais junto aos órgãos federais, estaduais ou municipais;
2. A eficiência do Sistema de Controle Ambiental – SCA é de responsabilidade exclusiva do empreendedor e do responsável técnico pelo projeto/execução;
3. O IMASUL/SEMADE/MS reserva-se o direito de a qualquer momento e de acordo com as normas legais, exigir melhorias e/ou alterações na operacionalização do Sistema de Controle Ambiental;
4. Qualquer alteração na Titularidade e/ou Razão social da empresa deverá ser comunicada imediatamente ao IMASUL/SEMADE/MS;
5. Qualquer alteração, ampliação e/ou diversificação da atividade deverá ser previamente licenciada por este IMASUL/SEMADE/MS;
6. Esta licença deverá permanecer em lugar visível do empreendimento, para efeito de fiscalização;
7. Mediante decisão motivada esta Licença poderá ser suspensa e/ou cancelada, sem prejuízo da adoção das outras medidas punitivas administrativas e judiciais, quando ocorrer:
  - I – Violação ou inadequação de quaisquer das condicionantes acima descritas ou normas legais;
  - II – Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a expedição desta Licença;
  - III – Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

---

**VALIDADE DA PRESENTE LICENÇA:** 04 ano(s) da data de sua assinatura.

A renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias anterior ao seu vencimento

---

Campo Grande, \_\_\_\_\_ 30 NOV 2015 \_\_\_\_\_

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico**

**Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul**

**Jaime Elias Verruck**  
**Diretor Presidente**  
**IMASUL**